



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Seleção de propostas para o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia para execução de serviços de conservação e restauração de infraestrutura viária, Pavimentação Asfáltica através de recapeamento CBUQ a quente, em diversas ruas no Município de Araguari/MG, parcelado em dois lotes:

- **Lote 01 (Serviço de Conservação):** Prestação de serviços de conservação de pavimentos viários (tapa-buracos) por tonelada, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ), para manutenções rotineiras em diversas vias do Município de Araguari/MG e distritos, conforme demanda da Secretaria.
- **Lote 02 (Serviço de Restauração):** Execução de serviço de engenharia de infraestrutura viária através de recapeamento asfáltico em CBUQ a quente, e respectiva Sinalização Horizontal, nas vias prioritárias e demais vias do município de Araguari-MG, conforme demanda da Secretaria de Infraestrutura.

1.2. Conforme definido no ETP, ambos os lotes são classificados como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Conforme definido no ETP, o regime de execução será:

- Lote 1 – Empreitada por Preço Unitário
- Lote 2 – Empreitada por Preço Unitário

1.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1.5. Os prazos de execução não se confundem com o prazo de vigência. O prazo para a conclusão de cada frente de serviço (Lote 01 ou Lote 02) será definido individualmente em cada Ordem de Serviço emitida pela Secretaria.

1.6. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, caso demonstrada a vantagem para a Administração, com base no Art. 106 e/ou Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 (referentes a Serviços e Fornecimentos Contínuos), conforme fundamentado no ETP.

1.6.1 Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato. Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. A execução dos serviços será regida pelas especificações deste Termo de Referência, pelas Planilhas de Orçamento Referencial e pelas seguintes diretrizes metodológicas:

1.8.1. Caberá à CONTRATANTE (SEINFRA) fornecerá a Ordem de Serviço (O.S.) indicando as diretrizes básicas do serviço (ex: logradouros, trechos de intervenção).

1.8.2. Caberá à CONTRATADA a elaboração e apresentação obrigatória, para fins de controle, medição e aprovação pela Fiscalização, dos seguintes documentos de execução:

- **Croquis** ou esquemas de execução (detalhando a aplicação);
- Diário de Obra (RDO);
- **Relatório Fotográfico** (antes, durante e depois);
- Boletim de Medição.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 1.9. Os Croquis (ou Esquemas de Execução), de responsabilidade da CONTRATADA, têm a finalidade de orientar a execução da frente de serviço (vinculada a uma Ordem de Serviço - O.S.) e delimitar o escopo para fins de medição. Deverão conter a identificação da O.S. correspondente, a identificação clara do local (logradouro e trechos), um desenho esquemático (planta baixa simplificada) da área de intervenção com seus limites de execução (início e fim) e o respectivo dimensionamento (cotas de comprimento e largura). Obrigatoriamente, deverão apresentar o cálculo de área (m<sup>2</sup>) resultante, que servirá de base para a medição dos serviços executados por área.
- 1.10. O Diário de Obra (RDO) destina-se ao registro cronológico, factual e diário de todas as atividades e eventos relevantes ocorridos na frente de serviço. Deverá conter, no mínimo, a data, as condições climáticas (essenciais para serviços asfálticos), o efetivo de mão de obra (quantitativo e função), a lista de equipamentos em operação (com horas de uso), a descrição detalhada dos serviços executados (com quantitativos diários, ex: "50 ton aplicadas"), o registro de recebimento de materiais (como CBUQ) e um campo para ocorrências relevantes (interrupções, visitas da fiscalização, interferências). O RDO deve ser assinado diariamente pelo responsável técnico da CONTRATADA.
- 1.11. O Relatório Fotográfico tem como finalidade prover evidência visual inequívoca da necessidade, da execução e da conclusão dos serviços. O relatório deverá ser organizado por local/O.S. e conter fotografias obrigatoriamente datadas e com identificação do local (georreferenciamento ou legenda clara). Deverá conter registros do "Antes" (demonstrando o estado da via antes da intervenção), "Durante" (comprovando as etapas-chave do processo, como pintura de ligação e aplicação da massa) e "Depois" (mostrando o serviço concluído e finalizado).
- 1.12. O Boletim de Medição é o documento formal pelo qual a CONTRATADA solicita o pagamento dos serviços efetivamente executados em determinado período. Deverá conter a identificação do Contrato, o período de referência (ex: 01/12 a 31/12) e as Ordens de Serviço (O.S.) executadas. A parte central do BM será uma planilha de quantitativos que liste cada serviço (conforme a planilha de preços unitários da licitação), sua unidade (ton, m<sup>2</sup>, m), o



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

preço unitário contratual, a quantidade executada no período e o valor total. O BM deverá, obrigatoriamente, ser acompanhado da respectiva memória de cálculo e referenciar os Croquis e RDOs que justificam e comprovam os quantitativos medidos, sendo submetido à conferência e aprovação da Fiscalização.

1.13. A Contratada deverá atender as Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, que são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

1.14. O não cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho acarretará a CONTRATANTE sobre a CONTRATADA a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

1.15. Constitui ato faltoso a recusa injustificada do empregado ao cumprimento de suas obrigações com a segurança do trabalho.

1.16. A Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da contratação, a justificativa técnica para o parcelamento e o detalhamento dos quantitativos estão pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que fundamenta e é parte integrante deste Termo de Referência (TR).

2.2. A contratação visa suprir duas necessidades distintas, conforme Seção 3 do ETP:

2.2.1. **Lote 01 (Conservação):** Atender à demanda rotineira de manutenção paliativa (tapaburacos), comprovada pela detecção de **3.460 buracos**.

2.2.2. **Lote 02 (Restauração):** Reverter o grave passivo de infraestrutura e o déficit de manutenção estrutural, comprovado pela demanda imediata de **90.829,56 m²** de área degradada ("Ruim", "Péssimo" e "Regular"), e demais necessidades futuras.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2.025 e foi originado pelo Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 376/2025.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução técnica adotada para a contratação baseia-se no diagnóstico da Seção 6 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), dividida conforme a natureza da intervenção.

3.1.1. **Lote 01 (Serviço de Conservação - Tapa Buracos):** A solução consiste na correção pontual de patologias no pavimento (buracos e deformações), visando a trafegabilidade imediata. A execução deverá seguir rigorosamente as normas DNIT 031/2.006-ES, DNIT 145/2.010-ES e DNIT 154/2010-ES, compreendendo as etapas de: requadramento (corte), limpeza, pintura de ligação (emulsão RR-1C), aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ - Faixa C) e compactação mecânica.

3.1.2. **Lote 02 (Serviço de Restauração - Recapeamento):** A solução consiste na restauração estrutural e funcional do pavimento mediante aplicação de nova capa asfáltica. \* A execução será realizada sob demanda (Ordem de Serviço), orientada pelos Croquis de Execução elaborados pela Contratada, e deverá incluir minimamente: limpeza e preparo da superfície, pintura de ligação, aplicação da camada de CBUQ, execução de sarjetas (quando aplicável), sinalização viária horizontal e limpeza final.

3.2. Visando a sustentabilidade do ciclo de vida do objeto e o atendimento à legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 307/2002), todo o material resultante de fresagem, cortes ou remoção de pavimento asfáltico (Resíduos Classe A) deverá ser obrigatoriamente recolhido pela Contratada e destinado à Usina de Reciclagem de Material de Construção Civil (situada na Rua João Rodrigues da Cunha, 2010, Bairro Parque dos Verdes), conforme definido no ETP.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Sustentabilidade



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

4.1.1. A CONTRATADA, como grande geradora de resíduos, deverá **elaborar e implementar** um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em estrita conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), conforme exigido na Seção 13 do ETP.

4.1.2. Para a execução do objeto a Licitante deve apresentar um Plano de Gerenciamento de resíduos da Construção Civil (PGRCC) atendendo os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis como:

- a) Uso de materiais de construção sustentáveis;
- b) Reutilização de matéria prima de demolição;
- c) Reciclagem de materiais;
- d) Sistemas de contenção de resíduos no canteiro de obra.
- e) O plano de execução da licitante deverá ser fundamentado na política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos, e estão previstos no art. 5º da Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020, são eles:
- f) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- g) Gestão adequada dos resíduos gerados;
- h) Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- i) Compras públicas sustentáveis;
- j) Sensibilização e capacitação

### 4.2. Subcontratação

4.2.1. Fica vedada a subcontratação da parcela principal do objeto. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente para o serviço de SINALIZAÇÃO HORIZONTAL integrante do Lote 02, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total deste serviço, caso a licitante vencedora não possua expertise ou equipamentos próprios para esta etapa específica, vedando-se a subcontratação das demais parcelas (sarjetas, drenagem, aplicação de massa asfáltica etc.);



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

4.2.2. Fica vedada a subcontratação do item considerado de maior relevância técnica e que caracteriza o escopo principal de ambos os lotes, sendo:

- FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO A QUENTE (CBUQ).

### 4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

4.3.2. Tratando-se de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.3.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do





## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.3.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser fornecida pela Administração, com correção monetária.
- 4.3.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.3.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.3.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.3.8. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.3.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
  - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.3.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual





## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 4.3.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.3.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.3.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.3.14. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.3.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.3.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.3.17. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.3.18. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.3.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 4.3.20. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.3.21. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.3.22. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.3.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.3.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.3.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### 4.4. Vistoria

- 4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços será facultativa para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, mediante agendamento a ser feito na Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do Tel.: 34 9 9922 - 2629. A data e horário estarão a cargo do servidor designado para esse fim e será de acordo com as datas e prazos estabelecidos para o certame.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 4.4.2. Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.4.3. O licitante que optar por **não realizar** a vistoria técnica deverá, obrigatoriamente, apresentar juntamente com sua proposta uma **Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto**, assinada pelo responsável técnico, atestando que tem pleno conhecimento das condições de execução, da complexidade e das peculiaridades da contratação.
- 4.4.4. A não realização da vistoria (seja ela realizada ou substituída pela Declaração) não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir integralmente os ônus decorrentes.

## 5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de execução

- 5.1.1. O início da execução de cada frente de serviço (referente aos Lotes 01 ou 02) deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da respecta Ordem de Serviço (O.S.).
- 5.1.2. A execução dos trabalhos não será regida por um cronograma físico-financeiro global pré-estabelecido. Conforme definido no ETP, o prazo para a conclusão de cada frente de serviço será definido individualmente em cada Ordem de Serviço emitida pela SEINFRA.
- 5.1.3. O descumprimento do prazo de execução estabelecido na Ordem de Serviço (O.S.) sujeitará a CONTRATADA às sanções de mora, salvo se devidamente justificado (ex: dias de chuva impeditivos, comprovados no RDO) e a justificativa for acatada pela Fiscalização.

### 5.2. Documentos de Controle e Medição (Obrigação da Contratada)

- 5.2.1. Conforme metodologia definida no ETP, a CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à Fiscalização, para fins de controle e medição, os seguintes documentos:
- Diário de Obra (RDO): Deverá ser preenchido diariamente, assinado pelo responsável técnico, e apresentado juntamente com a medição.
  - Relatório Fotográfico: Com datas e locais (antes, durante e depois).



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- Croquis de Execução: Detalhando as áreas e serviços.
- Boletim de Medição: Consolidando os quantitativos executados.

5.2.2. Os Boletins de Medição serão analisados pela Fiscalização se estiverem devidamente acompanhados de toda a documentação de controle (RDO, Croquis e Relatório Fotográfico) que justifique os quantitativos medidos.

### 5.3. Local e horário da prestação dos serviços.

5.3.1. Os serviços de tapa-buracos (Lote 01) serão executados "conforme demanda", em **diversas vias** do Município de Araguari/MG e distritos. Os locais exatos de intervenção serão definidos pela Fiscalização e informados à CONTRATADA por meio das Ordens de Serviço (O.S.).

5.3.2. Os serviços de recapeamento (Lote 02) serão executados em vias prioritárias do Município de Araguari/MG. A definição dos trechos a serem executados será realizada pela SEINFRA, mediante Ordem de Serviço (O.S.), observando os critérios de priorização técnica (vias com maior índice de degradação "Ruim" ou "Péssimo") identificados nos estudos que fundamentam o ETP, bem como outras necessidades de restauração identificadas pela Secretaria durante a vigência contratual.

5.3.3. Os serviços deverão ser executados preferencialmente em horário comercial, de **segunda-feira a sexta-feira, das 08h00 às 17h00**.

### 5.4. Rotinas a serem cumpridas.

5.4.1. A jornada de trabalho deverá estar regulada conforme CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que estabelece um limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais para a maioria das atividades. Caso seja necessário a realização de horas extras com funcionários, estas serão de inteira responsabilidade da contratada.

5.4.2. Caso seja necessária a realização de horas extras para o cumprimento dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço, todos os custos e responsabilidades decorrentes serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo ônus adicional à CONTRATANTE.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### 5.5. Materiais a serem disponibilizados.

- 5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços (Lote 01 e Lote 02), a CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente, e às suas expensas, toda a mão de obra especializada, materiais (CBUQ, emulsão, etc.), equipamentos, maquinários (vibro acabadoras, rolos, caminhões espargidores etc.) e ferramentas necessárias.
- 5.5.2. Todos os recursos empregados deverão atender, no mínimo, às quantidades, qualidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos (Planilhas de Preços Unitários), no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nas Normas Técnicas pertinentes (ABNT/DNIT) e nas diretrizes da Ordem de Serviço correspondente.

### 5.6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.6.1. A proposta de preços da licitante deverá ser dimensionada com base nos requisitos técnicos deste Termo de Referência e nos quantitativos detalhados nas Planilhas de Orçamento Referencial (Anexos deste TR), que foram fundamentadas nas estimativas de demanda do ETP.
- 5.6.2. A proposta será julgada por **Menor Preço por Lote**, devendo a licitante apresentar seus preços unitários para cada item das planilhas.
- 5.6.3. Para o **Lote 01 (Conservação)**, o dimensionamento deve considerar o regime de **Preço Unitário (por tonelada)**, executado sob demanda (via O.S.), para atender à necessidade rotineira (estimada com base em 3.460 detecções de buracos). Os preços unitários devem incluir todas as etapas (corte, pintura RR-1C, CBUQ Faixa C, compactação).
- 5.6.4. Para o **Lote 02 (Restauração)**, o dimensionamento deve considerar o regime de **Preço Unitário (por m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, ton., etc.)**, executado sob demanda (via O.S.), para atender à necessidade de restauração (estimada em 90.829,56 m<sup>2</sup> de área degradada). Os preços unitários devem incluir todas as etapas (limpeza, pintura de ligação, CBUQ, sinalização horizontal etc).
- 5.6.5. A licitante deverá dimensionar seus custos (BDI e custos indiretos) considerando que será sua **responsabilidade** a elaboração de toda a documentação de controle e medição (Croquis,



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Diário de Obra, Relatório Fotográfico e Boletim de Medição), conforme metodologia definida no Item 1.5 e 5.2 deste TR.

### 5.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7.1. Em conformidade com o Art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e com a legislação civil aplicável, a CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e qualidade dos serviços de engenharia executados (Lote 01 e Lote 02).

5.7.2. A CONTRATADA fica obrigada a refazer, integralmente às suas expensas, os serviços que apresentarem vícios, defeitos construtivos ou desgaste prematuro (não compatível com o uso normal da via) durante a vigência da garantia.

5.7.3. O prazo de garantia de solidez e segurança dos serviços de engenharia executados será de **5 (cinco) anos**, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em conformidade com o Artigo 618 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

### 5.8. Uniformes

5.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer ônus para seus empregados, uniformes completos e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequados às atividades de pavimentação e às estações climáticas, atendendo integralmente ao disposto na Norma Regulamentadora nº 06 (NR-6) do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.8.2. Os uniformes deverão ser condizentes com os riscos da atividade de aplicação de CBUQ e tráfego viário, compreendendo, no mínimo, calças compridas, camisas de manga longa (para proteção contra insolação e respingos de emulsão/massa) e calçados de segurança (botas).

5.8.3. É obrigatório o fornecimento e o uso de coletes de sinalização de alta visibilidade (refletivos), conforme a Norma ABNT NBR 15292, para todos os trabalhadores que atuem nas frentes de serviço (vias públicas), garantindo sua visualização diurna e noturna pelo tráfego de veículos.

### 5.9. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9.1. O recebimento do objeto (Lotes 01 e 02) seguirá o rito estabelecido no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 5.9.2. Recebimento Provisório (TRP): Ao término da vigência contratual (ou após a conclusão da última Ordem de Serviço executada), e desde que todos os serviços estejam medidos e as obrigações de controle (RDOs, Croquis etc.) tenham sido integralmente entregues e aprovadas, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP).
- 5.9.3. Recebimento Definitivo (TRD): O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) será emitido pela Fiscalização após transcorrido o prazo de observação de 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do TRP.
- 5.9.4. A emissão do TRD ocorrerá desde que, no período de observação, não se verifique nenhuma pendência, irregularidade ou vício no serviço que esteja em desacordo com as especificações contratuais.
- 5.9.5. A emissão do TRD encerra as obrigações contratuais ordinárias, dando início à contagem da Garantia de Solidez (conforme Item 5.7 deste TR e Art. 618 do Código Civil) e permitindo a liberação da Garantia de Execução (conforme Item 4.3 deste TR).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6.1. Designação da Fiscalização

- 6.1.1. O contrato será gerido e fiscalizado por servidores designados pela CONTRATANTE, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.1.2. Conforme definido na Seção 12 do ETP, a Administração indicará **Fiscais de Contrato distintos para cada Lote**, que atuarão com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços, a realização das medições (por Preço Unitário) e o cumprimento integral do contrato.
- 6.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato (ou de uma Ordem de Serviço específica), o prazo de execução (referente à O.S. impactada ou ao contrato como um todo) será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

6.1.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim, através do endereço [secobras@araguari.mg.gov.br](mailto:secobras@araguari.mg.gov.br).

6.1.6. A CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA a qualquer momento para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.7. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial.

### 6.2. Responsável técnico da contratada

6.2.1. A CONTRATADA deverá designar formalmente, antes do início dos serviços, um Responsável Técnico (RT), que deverá ser o engenheiro detentor do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (Acervo Técnico) apresentado(s) para fins de qualificação na licitação, ou outro profissional cujos atestados sejam comprovadamente iguais ou superiores.

6.2.2. O RT será o fiador da qualidade técnica dos serviços (Lote 01 e Lote 02) e deverá garantir que a execução de todas as Ordens de Serviço (O.S.) esteja em conformidade com as normas técnicas (ABNT/DNIT) e as especificações deste Termo de Referência.

6.2.3. A responsabilidade do RT não se dará por presença "semanal", mas sim pela **responsabilidade direta sobre cada serviço executado**. O RT deverá estar acessível à Fiscalização, realizar visitas técnicas "in loco" conforme a necessidade do serviço e será o responsável por supervisionar, validar e assinar (seja fisicamente ou por meio de ART de acompanhamento) os documentos de controle da CONTRATADA (Croquis, Diários de Obra e Boletins de Medição), atestando a veracidade e a qualidade dos serviços ali medidos.

6.2.4. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, o Responsável Técnico indicado, hipótese em que a CONTRATADA deverá designar outro profissional qualificado para o exercício da atividade.

### 6.3. Fiscalização

6.3.1. A execução do **Contrato** deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor(a) **Paulo Araújo** – MATRÍCULA 52973 e como Fiscal de Serviços o servidor **Willian Santos**



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

**Oliveira** – MATRÍCULA 258867 ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### 6.4. Fiscalização Técnica – Fiscal de Obra ou Serviço

- 6.4.1. Estabelece que, para a consecução do objeto, os Fiscais designados pela SEINFRA (um para cada Lote, conforme ETP) deverão recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização de serviço de engenharia;
- 6.4.2. Cobrar da CONTRATADA a manutenção de um arquivo atualizado na nuvem ou no canteiro, contendo, no mínimo: este Termo de Referência, as Normas Técnicas (ABNT/DNIT), as Ordens de Serviço (O.S.) recebidas, a ART de execução e todos os documentos de controle (Croquis, RDOs, Boletins de Medição) gerados;
- 6.4.3. Analisar, aprovar ou solicitar correções nos Croquis de Execução submetidos pela CONTRATADA antes do início da respectiva frente de serviço;
- 6.4.4. Certificar-se da existência e do correto preenchimento do Diário de Obra (RDO) e do Relatório Fotográfico (com data e local), exigindo-os como condição para a medição;
- 6.4.5. Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução definidos em cada Ordem de Serviço (O.S.) e informar ao Gestor do Contrato qualquer atraso injustificado (excluindo-se, por exemplo, dias de chuva comprovados no RDO);
- 6.4.6. Acompanhar as etapas de execução e, precipuamente, conferir e atestar os Boletins de Medição apresentados pela CONTRATADA, validando os quantitativos (ton, m<sup>2</sup>, etc.) medidos em campo;
- 6.4.7. Determinar a restauração ou refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com este Termo de Referência, as Normas Técnicas (DNIT/ABNT) ou o Croqui aprovado;
- 6.4.8. Determinar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis (ex: CBUQ fora da faixa, emulsão incorreta);
- 6.4.9. Solicitar, se necessário, a realização de testes, exames e ensaios para o controle de qualidade dos serviços e materiais (ex: ensaios de compactação, teor de betume, etc.);



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 6.4.10. Comunicar ao Gestor de Contrato, por escrito, a ocorrência de circunstâncias que sujeitem a CONTRATADA a sanções (multa, paralisação) ou rescisão contratual;
- 6.4.11. Elaborar registros, comunicações e pareceres técnicos sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias.
- 6.4.12. Opinar sobre pedidos de aditamentos contratuais de serviços e prazos.
- 6.4.13. Verificar se o conjunto de serviços executados está em perfeitas condições e atende ao objeto contratado e, ao final, lavrar o Termo de Recebimento Provisório (TRP).
- 6.4.14. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.4.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.4.16. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.4.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.4.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.4.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### 6.5. Fiscalização Administrativa – Fiscal de Contrato



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

6.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.5.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- Acompanhar o controle dos prazos de vigência contratual e de validade da garantia de execução, alertando o Gestor com antecedência mínima de 90 (noventa) dias sobre o vencimento para fins de prorrogação ou nova licitação.
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, consultando regularmente as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária (SICAF, CND Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT) antes de cada pagamento.
- Conferir a regularidade fiscal das Notas Fiscais/Faturas apresentadas, zelando pelo correto recolhimento dos tributos e retenções legais.
- Controlar o saldo orçamentário do contrato e dos empenhos, solicitando reforços ou anulações conforme a execução financeira.
- Acompanhar a tramitação dos processos de pagamento, zelando para que a liquidação e o pagamento ocorram nos prazos contratuais, evitando encargos moratórios para a Administração.
- Formalizar os processos de apostilamento (reajustes) e termos aditivos (prorrogação, alteração de valor), instruindo-os com a documentação necessária.
- Comunicar ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade administrativa (ex: certidão vencida, falha na garantia) que impeça o pagamento ou a continuidade do contrato.
- Por se tratar de serviço de engenharia sem dedicação exclusiva de mão de obra, a fiscalização administrativa exigirá da CONTRATADA, mensalmente, apenas a



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

comprovação genérica da regularidade trabalhista (CNDT e CRF-FGTS), estando dispensada de realizar a conferência individualizada de folhas de pagamento, cartões de ponto ou recibos de férias dos funcionários da empresa, salvo em caso de denúncia formal ou indícios graves de irregularidade.

### 6.6. Gestor do Contrato

#### 6.6.1. Cabe ao gestor do contrato:

- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando todos os registros formais (Ordens de Serviço, RDOs, Medições, Apostilamentos) no histórico de gerenciamento, garantindo a integridade do arquivo contratual.
- Supervisionar a atuação dos Fiscais Técnico e Administrativo, acompanhando os registros de ocorrências e as medidas saneadoras adotadas, e tomar providências quanto àquelas que ultrapassarem a competência dos fiscais.
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de autorização de empenho e pagamento.
- Instaurar e conduzir as providências iniciais para a formalização de processo administrativo de responsabilização (multas e sanções), encaminhando-o à autoridade competente ou comissão processante conforme o rito da Lei nº 14.133/2021.
- Elaborar relatório final ao término do contrato, avaliando se os objetivos da contratação (recuperação da malha viária e atendimento da demanda de tapa-buracos) foram atingidos.
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos/pagamentos para a formalização da liquidação e pagamento, validando os valores medidos pela fiscalização técnica.
- Receber e dar encaminhamento imediato às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- Receber e dar encaminhamento imediato à notificação formal de descumprimento de obrigações trabalhistas enviada por órgãos de controle ou sindicatos, exigindo da Contratada a comprovação da regularidade, sob pena de retenção de pagamento (conforme Item 6.6 deste TR) e sanção contratual.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. As medições serão realizadas mensalmente (ou conforme a conclusão de cada Ordem de Serviço, o que for mais frequente), baseadas estritamente nos serviços efetivamente executados e aprovados pela Fiscalização Técnica da SEINFRA.
- 7.2. Para solicitar a medição, a CONTRATADA deverá protocolar o Boletim de Medição (BM), que deverá estar obrigatoriamente instruído com os documentos de comprovação definidos no Item 5.2 deste TR:
- Croquis de Execução (demarcando a área ou trecho executado);
  - Diário de Obra (RDO) (comprovando os dias trabalhados e recursos utilizados);
  - Relatório Fotográfico (datado, comprovando o "antes, durante e depois").
- 7.3. O Fiscal Técnico da SEINFRA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para conferir os quantitativos em campo ("in loco").
- Estando corretos, o Fiscal atestará o Boletim de Medição.
  - Havendo divergência ou falha na execução, a medição será devolvida para correção e glosa dos serviços rejeitados.
- 7.4. Após o atesto expresso do Boletim de Medição pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA será autorizada a emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- 7.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Araguari, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data da liquidação da despesa (atesto final da Nota Fiscal), conforme Art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

7.6. O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo a CONTRATADA apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, as certidões negativas de débito (INSS, FGTS, Trabalhista e Fazendas Federal/Estadual/Municipal) atualizadas.

7.7. Será aplicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Deixou de produzir os resultados acordados na Ordem de Serviço;
- Executou serviços com qualidade inferior à exigida nas normas técnicas (DNIT/ABNT);
- Deixou de utilizar os materiais (ex: CBUQ Faixa C) ou equipamentos exigidos.

### 7.8. Do recebimento

7.8.1. O recebimento mensal dos serviços, para fins de pagamento (liquidação), dar-se-á mediante a conferência e atesto do Boletim de Medição pelo Fiscal Técnico, confirmando a execução fiel dos quantitativos e a qualidade exigida.

7.8.2. Juntamente com a Nota Fiscal, e como condição para sua liquidação, a CONTRATADA deverá apresentar as certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista (CNDs Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT) válidas.

7.8.3. Recebida a Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, o setor competente processará a liquidação da despesa no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, verificando a regularidade formal do documento fiscal e a validade das certidões no SICAF ou sites oficiais.

7.8.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal ou na documentação de habilitação (CNDs), o prazo de pagamento será suspenso até que a CONTRATADA providencie a regularização, não cabendo qualquer ônus ou atualização monetária à CONTRATANTE durante o período de suspensão.





## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

7.8.5. Persistindo a irregularidade fiscal, a Administração poderá reter o pagamento e abrir processo administrativo para aplicação de sanções ou rescisão contratual, garantida a ampla defesa, sem prejuízo de comunicar os órgãos fiscalizadores competentes.

### 7.9. Prazo de pagamento

7.9.1. O pagamento será efetuado pelo Município de Araguari, mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da Liquidação da Despesa.

7.9.2. Considera-se data da Liquidação a data em que a Nota Fiscal for devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, após a verificação da conformidade da entrega (Boletim de Medição aprovado) e da regularidade fiscal da empresa.

7.9.3. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados financeiramente desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, utilizando-se o índice INCC, mediante requerimento da Contratada.

### 7.10. Forma de pagamento

7.10.1. O pagamento será realizado pelo CONTRATANTE no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data da finalização da liquidação da despesa, conforme dispõe o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.10.2. A liquidação da despesa e o consequente pagamento ficam condicionados à apresentação e aprovação do Boletim de Medição, elaborado pela CONTRATADA e atestado pela FISCALIZAÇÃO, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e nas especificações deste Termo de Referência.

- Para o **Lote 01 (Conservação)**, o pagamento será efetuado com base na quantidade de **toneladas de CBUQ** efetivamente aplicadas e medidas.
- Para o **Lote 02 (Restauração)**, o pagamento será efetuado com base nos **preços unitários** dos serviços executados (m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, etc.) conforme as etapas concluídas e aprovadas

7.10.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade do contratado.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

7.10.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ser realizada somente após a aprovação definitiva do Boletim de Medição pela Fiscalização do Contrato, devendo o documento fiscal corresponder exatamente aos quantitativos aprovados.

7.10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto se ultrapassar os limites legais, ficando o pagamento condicionado à apresentação da devida comprovação.

7.10.6. Os pagamentos observarão a estrita ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.10.7. Em caso de atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA-E, entre a data do vencimento da obrigação e a do efetivo pagamento.

### 7.11. Antecipação de pagamento

7.11.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### 7.12. Reajuste

7.12.1. Os preços contratados manter-se-ão fixos e irreajustáveis pelo período de **1 (um) ano**, contado a partir da data base do orçamento estimado constante na proposta da Administração (Planilha Orçamentária Referencial), nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

7.12.2. Após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados visando a recomposição do valor da moeda, aplicando-se a variação do índice setorial específico para o objeto, conforme abaixo:

- O índice a ser adotado será o **Índice de Custos de Obras Rodoviárias - Pavimentação**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou a família de índices do DNIT.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 7.12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 7.12.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, não sendo necessária a celebração de termo aditivo, conforme dispõe o art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor ou, na sua ausência, índice oficial que reflita a variação dos custos do setor.
- 7.12.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Das sanções aplicáveis

- 8.2.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- Advertência, Alínea "a" (Inexecução Parcial Simples), sempre que não se justificar penalidade mais grave.
- Impedimento de Licitar e Contratar (3 meses a 3 anos), por condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" (Inexecução Total/Grave/Mora Relevante), quando a gravidade não justificar a declaração de inidoneidade.
- Declaração de Inidoneidade (mínimo 3 anos), por condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" (Fraude e Atos Lesivos), ou nos casos mais graves das alíneas "b", "c" e "d".

### 8.3. Das multas

8.3.1. A aplicação das sanções acima poderá ocorrer cumulativamente com a multa, nos seguintes parâmetros:

- Moratória: Atraso na Execução (alínea "d"), com percentual de base de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida (Ordem de Serviço). Limite máximo de 30 (trinta) dias de mora para a parcela.
- Moratória: Atraso na Garantia (Apresentação/Reposição), com percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento). Atraso superior a 25 dias autoriza a extinção do contrato (Art. 137, I, da Lei n. 14.133/2021).
- Compensatória: Fraude/Inidoneidade (alíneas "e", "f", "g", "h"), com percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total da contratação. Multa máxima legal (Art. 156, §3º).
- Compensatória: Inexecução Total (alínea "c"), com percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.
- Compensatória: Inexecução Parcial Grave (alínea "b"), com percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- Compensatória: Conversão da Mora (alínea "d", após 30 dias), com percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação. Substitui a Moratória após o limite de 30 dias.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- Compensatória: Inexecução Parcial Simples (alínea "a") com percentual de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor total da contratação.

8.3.2. Conversão da Mora em Compensatória: O atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, ou o atraso na entrega de uma frente de serviço (Ordem de Serviço) que torne a prestação inútil ou inexecutável para a Administração, autorizará a conversão da multa moratória em compensatória (conforme faixas percentuais acima) e a extinção unilateral do contrato, nos termos do art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

### 8.4. Disposições gerais

8.4.1. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

8.4.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação.

8.4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

8.4.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.4.6. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Administração, em conformidade com as normas vigentes.

8.4.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e comunicadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de aplicação da sanção.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### 9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**, observando-se o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133/2021."

#### 9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A adoção da Empreitada por Preço Unitário é obrigatória e justificada pela natureza dos serviços de engenharia contratados, cujas quantidades são variáveis e só podem ser precisamente aferidas após a execução do serviço, especialmente para o Lote 01 (Conservação Contínua) e para o Lote 02 (execução por Ordens de Serviço sob demanda).

#### 9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será a compatibilidade dos preços unitários propostos pelo licitante com o valor máximo estabelecido para cada item da Planilha Referencial, elaborada pela Administração.

9.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, a planilha que contenha os preços unitários, os quantitativos e o preço global (soma dos lotes), conforme modelo da Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.3. O preço global orçado pela Administração consta na Planilha Referencial anexa ao Edital.

9.3.4. Será considerada inexequível a proposta que apresentar preços manifestamente irrisórios ou de valor zero, ou que for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### 9.5. Habilitação jurídica

- 9.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 9.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.5.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### 9.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 9.7. Qualificação Econômico-Financeira

- 9.7.1. O licitante deverá comprovar sua Qualificação Econômico-Financeira, nos termos do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- a) Pessoa Física/Sociedade Simples: Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples.
  - b) Demais Pessoas Jurídicas: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 9.7.2. Apresentação de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados e publicados na forma da lei, comprovando:
- a) Índices Financeiros: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
  - b) Atestado Contábil: O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.7.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.
- 9.7.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).
- 9.7.5. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.7.6. Caso a empresa licitante apresente resultado **inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação:
- a) Patrimônio Líquido Mínimo: Comprovação de Patrimônio Líquido (PL) de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação (R\$ 12.773.452,32), conforme § 3º do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
  - b) Capital Social/PL Adicional: Adicionalmente, em razão da complexidade e alto valor dos serviços de engenharia (Lote 02 - Recapeamento), a licitante deverá comprovar que



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

possui Capital Social ou Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

### 9.8. Qualificação Técnica

#### 9.8.1. Do Conhecimento das Condições Locais;

- a) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- b) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo Responsável Técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme facultado pelo art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.8.2. Da Regularidade no Conselho de Classe;

- a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade;
- b) Caso a licitante seja sediada em outra jurisdição e apresente registro de outro estado, se a mesma se consagrar vencedora, deverá providenciar o visto junto ao CREA/MG como condição indispensável para a assinatura do contrato, nos termos da legislação em vigor;
- c) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### 9.8.3. Da Capacidade Técnico-Profissional (O Engenheiro).

- a) A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, na data da entrega da proposta, profissional(is) de nível superior (**Engenheiro Civil**), devidamente registrado(s) no CREA, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto pretendido;
- b) O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução dos serviços, assumindo a Responsabilidade Técnica (ART) pela obra, e ter sua assiduidade garantida no local do serviço;



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- c) Será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

9.8.4. Para fins de comprovação da experiência do profissional (Item 9.8.3), consideram-se serviços de características semelhantes:

- a) Para o Lote 01 (Conservação): Experiência na execução, fiscalização ou supervisão de serviços de manutenção de pavimentos, tapa-buracos ou conservação viária.
- b) Para o Lote 02 (Restauração): Experiência na execução, fiscalização ou supervisão de serviços de pavimentação asfáltica, recapeamento ou restauração viária em CBUQ.

### 9.9. Qualificação Técnico-Operacional

9.9.1. A licitante deverá comprovar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Certidão de Acervo Técnico - CAT do profissional vinculado à empresa ou Certidão de Registro de Atestado), comprovando a execução dos serviços de maior relevância técnica conforme abaixo:

9.9.2. Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços com as seguintes características mínimas, segregadas por lote:

I- Para o Lote 01 (Serviço de Conservação – Tapa-buracos):

- a) Comprovação de experiência na execução de serviços de manutenção ou conservação de pavimentos asfálticos (tapa-buracos e/ou remendos) com fornecimento e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

II- Para o Lote 02 (Serviço de Restauração – Recapeamento):

- a) Comprovação de execução de serviços de Pavimentação ou Recapeamento Asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Camada de Rolamento (espessura média compatível com o projeto, ex: 3,0 a 5,0 cm).
- b) O atestado deverá comprovar que a aplicação da massa asfáltica foi realizada de forma **MECANIZADA**, com a utilização de equipamento Vibroacabadora de Asfalto, conforme necessidade técnica apontada no Estudo Técnico Preliminar.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- c) Comprovação de execução de área igual ou superior a 36.332,00 m<sup>2</sup> (trinta e seis mil trezentos e trinta e dois metros quadrados).

9.9.3. A exigência de quantitativo mínimo de 40% para o Lote 02 busca garantir que a empresa contratada possua "cintura financeira" e logística operacional comprovada para suportar o volume de obra demandado. A parcela de pavimentação representa a maior relevância técnica e financeira, sendo imperativo mitigar riscos de inexecução contratual em serviços viários de grande porte, assegurando o interesse público e a qualidade do resultado.

9.9.4. Disposições Gerais sobre os Atestados:

- a) Será admitido o somatório de atestados de períodos concomitantes ou não para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.
- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- d) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração em diligência, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, ou o endereço onde foi executado o objeto.

### 9.10. Disposições gerais sobre habilitação

9.10.1. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.10.1.1. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016 (Convenção de Haia), ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

9.10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10.3. Regras para Matriz e Filial:

- a) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- b) Esta regra não se aplica aos **Atestados de Capacidade Técnica** (que podem ser apresentados em nome da matriz ou filial, indistintamente) e aos documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- c) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao Certificado de Regularidade do FGTS e à CND Federal, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10.4. Os documentos de habilitação poderão ser substituídos pelo registro no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), desde que os documentos constantes na base de dados do sistema estejam dentro do prazo de validade e abrangendo todas as exigências deste Termo de Referência.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo total estimado para a contratação é de **R\$ 13.675.428,76 (Treze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos)** admitindo-se o critério de julgamento pelo menor preço por lote, conforme detalhamento abaixo:

- a) Lote 01 (Conservação/Tapa-buracos): R\$ 4.352.518,70.
- b) Lote 02 (Restauração/Recapeamento): R\$ 9.322.910,06.

10.2. O orçamento referencial encontra-se detalhado na Planilha Orçamentária (Pasta Técnica), elaborada pelo Setor de Engenharia da CONTRATANTE, baseando-se em pesquisa de mercado fundamentada no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando parâmetros de contratações similares e tabelas oficiais (SINAPI/SICRO), conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.



## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

**10.3.** O BDI adotado pela Administração segue discriminado em tabela específica na Pasta Técnica, no percentual de **22,75%**, calculado de acordo com as metodologias do Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário.

**10.4.** Do Regime de Desoneração da Folha (CPRB):

10.4.1. O orçamento estimado da Administração foi elaborado considerando o regime de **DESONERADO**.

10.4.2. Caso a licitante vencedora seja optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei nº 12.546/2011 e alterações), deverá apresentar sua proposta ajustando a composição do BDI ou dos Encargos Sociais, de modo a refletir sua real carga tributária, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro em relação ao preço ofertado.

**10.5.** Os preços unitários da proposta da licitante não poderão ser superiores aos preços unitários constantes na Planilha Orçamentária Referencial da Administração, sob pena de desclassificação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### Dotações a serem utilizadas:

Ficha 330 – 02.09.00.15.451.0011.2118.3.3.90.39.00 – Fonte 1500;

Araguari-MG, 27 de janeiro de 2025.

---

**BRENIO FERNANDE SILVA**

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

---

**RODRIGO DA SILVA CARSO**

Secretário Municipal de Infraestrutura